

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000612-42.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **Tatiane Cristina Dias Domingues**
Requerido: **Serasa Experian S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que a autora se volta contra sua inscrição perante a ré em decorrência da ação de execução aforada contra pessoa homônima.

Ressalvando a irregularidade da negativação, almeja à sua exclusão, à declaração de inexistência do débito a ela referente e ao ressarcimento dos danos morais que suportou.

O documento de fl. 11 atesta a negativação da autora, fato esse que a ré não refutou.

Outrossim, transparece certo que tal providência foi levada a cabo pela ré a partir da propositura de ação de execução veiculada pelo DJE do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (fl. 49).

A fl. 12, por fim, fica demonstrado que tal ação foi ajuizada no r. Juízo do Juizado Especial Cível e Criminal de Pilar do Sul contra pessoa que possui o mesmo nome da autora, mas com qualificação completamente diversa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Assim posta a questão debatida, reputo que assiste razão à autora.

Conquanto se admita a possibilidade da ré reproduzir a informação de ação de execução para o cadastro de inadimplentes que possui é inegável que deverá para tanto tomar todas as cautelas para evitar qualquer incorreção a propósito.

Não foi isso o que se deu na hipótese vertente, porém.

Com efeito, não se extrai de fl. 49 nenhum esclarecimento específico sobre a qualificação da executada Tatiane Cristina Dias Domingues, não tendo a ré se desincumbido do ônus de patentear que ao inserir os dados da autora fê-lo em mera reprodução.

Como se não bastasse, e ainda que tivesse tido cautela dessa natureza, deveria ir além para realizar a conferência dos dados, o que certamente evitaria os problemas trazidos à colação.

O Egrégio Tribunal de Justiça já reconheceu a responsabilidade da ré em situações análogas.

Assim:

“RESPONSABILIDADE CIVIL. Danos morais. Inscrição de nome junto aos órgãos de proteção ao crédito, em decorrência do ajuizamento de ação de execução. Informação do CPF equivocado, sendo o autor homônimo do executado. Conduta negligente do banco de dados. Dano moral in re ipsa. Sucumbência exclusiva do réu. Recurso provido.” Apelação nº 1000074-35.2016.8.26.0565, 5ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **MOREIRA VIEGAS**, j. 11/10/2017).

“APELAÇÃO. Ação de Indenização por danos morais e materiais. Improcedência do pedido. Inconformismo. Hipótese de homonímia. Inclusão indevida. Anotação decorrente de convênio firmado entre o Tribunal de Justiça e a SERASA. Negligência da requerida que não procedeu à conferência dos dados pessoais da autora e não comunicou previamente a inscrição referente à informação sobre as execuções. Danos morais e materiais caracterizados. Sentença reformada. Recurso a que se dá parcial provimento.” (Apelação nº 3003904-39.2013.8.26.0125, 7ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. **JOSÉ RUBENS QUEIROZ**, j. 22.07.2015).

“RESPONSABILIDADE CIVIL. Danos morais. Negativação. Improcedência do pedido. Inconformismo. Hipótese de homonímia. Indevida inclusão no SERASA. Anotação decorrente de convênio firmado entre o Tribunal de Justiça e a SERASA. Negligência da requerida que não procedeu à



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

*conferência dos dados pessoais do autor. Dano moral caracterizado. Sucumbência a cargo da ré. Recurso provido.” (Apelação nº 0000737-49.2011.8.26.0347, 2ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. **MARCIA TESSITORE**, j. 24.03.2015).*

Essas orientações aplicam-se inteiramente à espécie dos autos.

Nem se diga que a autora teria ficado inerte ao perceber a situação, tendo em vista que mesmo que tivesse procurado pela ré isso não apagaria a irregularidade que se verificou.

Ademais, sendo certo que a negatização da autora foi irregular, isso basta para a configuração de dano moral passível de ressarcimento, de acordo com pacífica jurisprudência (inclusive a anteriormente anotada):

*“Consoante jurisprudência firmada nesta Corte, o dano moral decorre do próprio ato lesivo de inscrição indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela autora, que permite, na hipótese, facilmente presumir, gerando direito ao ressarcimento” (REsp 679.166/MT, Rel. Min. **JORGE SCARTEZZINI**).*

*“Em se tratando de cobrança indevida, de rigor o reconhecimento de que a inscrição do nome do apelante no rol dos inadimplentes foi também indevida, daí decorrendo o dano moral por ele reclamado, passível de indenização. É entendimento pacífico do Colendo Superior Tribunal de Justiça que nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes o dano moral configura-se in re ipsa, prescindindo de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica” (AgRg no REsp 860.704/DF, Rel. Min. **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**).*

No mesmo sentido: REsp. 110.091-MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JÚNIOR**; Resp. nº 196.824, Rel. **CÉSAR ASFOR ROCHA**; REsp. 323.356-SC, Rel. **ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**).

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pela autora, que transpõe excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida à autora em R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexistência da dívida tratada nos autos em face da autora e para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 7.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Torno definitiva a decisão de fls. 18/19, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 13 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**